

O que a FIESP quer do futuro governo

por Márcia Raposo
de São Paulo

De olho nos resultados das eleições, com a renovação do Executivo e parte do Legislativo, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP-CIESP) prepararam um documento do que espera dos "representantes", ou seja, dos vencedores das eleições de outubro e novembro, "quaisquer que sejam eles, seus partidos ou convicções", como disse na quinta-feira o presidente das duas casas, Carlos Eduardo Moreira Ferreira.

O documento, denominado "Agenda Política", foi confeccionado nos últimos dias com a intenção de elencar, na visão da indústria paulista, as prioridades pa-

ra um plano de ação de governo e do Legislativo no próximo mandato. "Trata-se de uma agenda básica para superar o estado crônico em que vive a economia brasileira", resumiu o presidente da FIESP-CIESP.

Na sua visão, a reforma do papel do Estado - especialmente do ponto de vista da reforma administrativa com divisão maior de responsabilidade do governo federal para os estados e municípios e a privatização das empresas estatais, visando também ao pagamento da dívida social - é um dos pontos mais urgentes dos priorizados na proposta de pouco mais de cinco páginas. Esse item é o segundo nominado no documento.

PRINCIPAIS PONTOS

O primeiro ponto é o da re-

forma político-institucional, em que o destaque é a questão da representatividade e do sistema partidário nacional. A fidelidade partidária e a instituição do voto distrital são defendidas nesse item.

Além da reforma política e do papel do Estado, são as seguintes as posições defendidas pela FIESP-CIESP:

- Fortalecimento do mercado, com a consolidação da abertura comercial, estendendo-o ao setor financeiro, comercial, de construção pesada e outros serviços. "Mas queremos uma abertura sem negociação de contrapartidas e não aceitamos mudanças de prazos e regras sem a prévia consulta à indústria, como essa última das

alíquotas que pareceu mais uma questão de política do que de política industrial", comentou Moreira Ferreira.

- Política para ampliação do tamanho do mercado, da produção e do emprego, que engloba a reforma tributária e da Previdência Social, uma política de investimentos, com tratamento igualitário ao capital nacional e estrangeiro.

- Infra-estrutura, insumos básicos e energia. A indústria quer a participação do setor privado na área de transportes (vias), energia, desregulamentação dos portos e a iniciativa privada no setor de telecomunicações, além da "flexibilização" dos monopólios estatais ou privados.